

A RECUPERAÇÃO DA PALAVRA E A PERMANÊNCIA DA UTOPIA NA LITERATURA HISPANO-AMERICANA DE FIM DE SÉCULO¹

Marcia Paraquett
Universidade Federal Fluminense

“Tanto escribir para que al final las palabras queden deshechas y el poder sea el silencio”, Marco Antonio de la Parra

“Amaba las palabras porque eran capaces de preservar cada cosa en su perfección”, Liliana Heker.

Desde 1998, preocupei-me com a possibilidade da literatura hispano-americana estar tomando um novo rumo, onde se percebia uma atenção especial com a recuperação da palavra tão desgastada durante os processos ditatoriais da América Latina. O marco inaugural dessa percepção foi o romance *Jaguar en llamas*, do escritor guatemalteco Arturo Arias, tema de minha tese de doutoramento, que, através da carnavalização da história de seu país, levava seus leitores a questionarem a escritura da história, fosse por literatos, fosse por historiadores, já que se havia tomado a consciência da função dialógica da palavra. Não existia mais a crença no registro da verdade, porque as palavras carregavam em si sentidos milenares que, em certa medida, maculavam sua inocência, fazendo-as, necessariamente, arbitrarias.

O livro de Arias foi publicado em 1989 e, a partir de sua denúncia, tomei a produção literária hispano-americana dos anos 90 com a intuição de que, findo o período da rejeição da escritura da história, nasceria uma nova abordagem no contexto da narrativa de extração histórica. Essa nova perspectiva se ocuparia com a limpeza das palavras dialogizadas pelos regimes autoritários e pela história oficial de nosso Continente. Era a primeira tarefa a ser cumprida para que essa literatura pudesse escrever sua história. Com palavras censuradas, alteradas ou desgastadas, seria impossível empreender-se essa difícil missão. Hoje, estou segura de que muitos escritores colaboraram com essa tarefa. São os *escritores da democracia recuperada*, para valer-me de expressão do escritor argentino Mempo Giardinelli.

Meu propósito é, portanto, apresentar o resultado da leitura dos últimos dois anos, confirmando a intuição de que o fim do século XX não havia eliminado o projeto de utopia, ainda que, agora, esse projeto estivesse reservado ao campo da linguagem. Havia uma pergunta que se mantinha no ar e era necessário buscar uma resposta para ela. O fim do século significava também o fim das utopias? Como investigadora da área de Literaturas Estrangeiras, projetei meu olhar para a alteridade hispano-americana na ânsia, estou segura, de repensar os rumos da vida nacional brasileira.

O corpus utilizado abrangeu apenas narrativas de cunho histórico (de ficção ou ensaios críticos), publicadas nos anos 90 e que expressassem, de certa medida, a intenção com um discurso meta-lingüístico. Portanto, minhas conclusões não tomam por base toda a produção hispano-americana dos anos 90, até porque, devido à extensão do corpus, seria impossível que já se pudesse trazer alguma conclusão hoje. A atenção se volta, em especial, para a Argentina e

¹ Marcia Paraquett/UFF/Niterói

para o Chile, países que contribuem bastante para a publicação literária e onde, lamentavelmente, a ditadura militar determinou essa reflexão.

Para conduzir as conclusões de forma ordenada, divido esse ensaio em duas partes. Na primeira, valho-me de três correntes filosóficas de fim de século, tomando vozes representantes de três diferentes universos: os Estados Unidos, a Europa e a América Latina. Na segunda parte, pauto minha leitura na obra de dois escritores argentinos e um chileno para, então, concluir com as diferenças e semelhanças entre a contribuição filosófica e a literária.

I - Fim de Século, Fim da História

“De ese modo, cuando se habla del “fin de la historia”, del “fin de lo político”, del “fin de lo social”, del “fin de las ideologías”, nada de todo eso es verdad. Lo peor precisamente estriba en que ya nada tendrá fin, y que todo continuará desarrollándose de forma cansina, fastidiosa, recurrente, en la histeresia de todo lo que, como las uñas y los cabellos, sigue creciendo después de la muerte. Porque, en el fondo, todo eso ya está muerto, y en vez de tener la resolución feliz o trágica, un destino, no tendremos más que un fin contrariado, un fin homeopático, que se va destilando en todas las metástasis del rechazo de la muerte”, Jean Baudrillard.

1 - O fim da história e o último homem, Francis Fukuyama

Ainda que a passagem de século não seja uma novidade para a história universal, seguramente ela traz inquietações para aqueles que têm o privilégio de vivê-la. E esse é nosso caso. Em julho de 1989, Francis Fukuyama, ex-assessor de Defesa do Departamento de Estado dos Estados Unidos, deu o pontapé inicial para essa discussão, ao publicar, em Washington, um ensaio cujo título indagava sobre o fim da história. Essa publicação provocou uma reação em cadeia, levando o autor a amadurecer suas idéias para publicar, em 1992, o famoso livro *O fim da história e o último homem*. As críticas dividiram cientistas políticos, economistas, historiadores, literatos, intelectuais ou filósofos, levando-os a manifestarem suas opiniões sobre esse fato de aparência apocalíptica.

A profecia de Fukuyama não é mais uma lenda sobre o fim do mundo, mas a afirmação de que o homem teria chegado ao limite de sua evolução histórica, tendo como base a democracia liberal e a vitória do capitalismo sobre o comunismo. Para Francis Fukuyama, portanto, a realidade social norte-americana, a sua, é o patamar para a evolução da humanidade. Nesse sentido, sua previsão nada tem de pessimista, sendo, ao contrário, de confiante otimismo.

O fascismo já havia sido derrotado desde a Segunda Guerra Mundial, dando lugar ao comunismo, o grande adversário do capitalismo no pós-guerra. Com a queda deste, a democracia liberal passa a ser, segundo a perspectiva de Fukuyama, a forma final de governo humano, levando a seu término o desenvolvimento histórico.

A tese do pensamento de Fukuyama se baseia no princípio que “a imperturbável vitória do liberalismo econômico e político” sobre todos os seus concorrentes significa

“não apenas o fim da Guerra Fria, ou a consumação de um determinado período da história, mas o fim da história como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final do governo humano”.

Era natural que uma afirmativa de tal natureza provocasse reações, levando alguns intelectuais a reprovarem, com veemência, a idéia de uma conclusão histórica. Uns grupos foram contra sua tese porque entenderam que ele havia ignorado a persistência de desigualdade e miséria no centro das próprias sociedades capitalistas avançadas. Outros se opuseram por entender que Fukuyama não levou em consideração necessidades humanas superiores aos benefícios capitalistas. Para determinadas culturas, as questões relativas à moral, por exemplo, podem ser mais importantes do que a possibilidade de cada habitante dos Estados Unidos possuir um vídeo-cassete.

A essas objeções Fukuyama respondeu com segurança, confirmando a tese de que, embora ainda pudessem existir pobreza e miséria pelo mundo, isso se dava por razões de desvantagens culturais e não por forças econômicas. Reconhecia que, “apesar de todos os benefícios para a humanidade, o fim da história corria o risco de ser “uma época muito triste”, quando o tempo dos grandes empreendimentos e das lutas heróicas torna-se coisa do passado”. É Perry Anderson (Inglaterra, 1938), em seu livro *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama*, quem nos ajuda a compreender sua tese. Segundo o historiador inglês, não se pode afirmar que ela se baseasse na supressão de conflitos sociais ou institucionais, mas que explicitava, simplesmente, que “o capitalismo liberal é o *nec plus ultra* da vida política e econômica da Terra”. O “fim da história” não consistia, portanto, na existência de um sistema perfeito, mas na ausência de alternativas melhores.

A Esquerda acusou as sociedades capitalistas de estarem, cada vez mais, criando diferenças de riqueza e, conseqüentemente, de direitos. A Direita as acusou de estarem satisfazendo desejos de ordem tecnológica e consumista, embora não atingisse às necessidades espirituais. O próprio Fukuyama abriu uma possibilidade para que se questionasse a qualidade de vida no “fim da história” porque previu, ainda na primeira publicação, um enfraquecimento nas relações familiares. Essa preocupação, de ordem mais moral que econômica, foi explicitada no ano passado (1999) quando publicou o artigo *Uma revolução silenciosa que já começou* (para o Atlantic Monthly) onde reconheceu, por exemplo, que as dificuldades nas relações familiares punham em perigo a estabilidade da democracia liberal.

Não é preciso ser grande especialista no tema para reconhecer os equívocos cometidos pela tese do “fim da história”. A preocupação com o meio ambiente, em especial com os buracos na camada de ozônio, é conseqüência direta do excesso de geladeiras, de automóveis, de micro-ondas e tantas parafernálias que inventaram os países capitalistas para o *conforto* e o *bem-estar* da humanidade. Falar em “desenvolvimento sustentável” é uma grande ironia quando sabemos que o privilégio de alguns determina a miséria de muitos. Basta que comparemos países da América Latina ou da África com os Estados Unidos ou mesmo com a Europa para que percebamos que o desenvolvimento de alguns se sustenta na miséria de outros. Fukuyama não só esqueceu de visitar ou considerar outros lugares que não o seu, como não previu a emancipação da mulher, imaginando que a evolução dos homens havia terminado com o fim da década de 80. Ledo engano. Estão aí as novas mulheres para provarem que a revolução

apenas está começando. É ainda a Perry Anderson que se recorre para fechar-se essa idéia: “o fim da história pode ver os últimos homens, tal como eles são hoje. Mulheres dispostas a se ver como os últimos exemplares do seu sexo são, provavelmente, em muito menor número”.

2 - A ilusão do fim, Jean Baudrillard

Outra corrente filosófica de fim de século que suscitou inquietações é de Jean Baudrillard que publicou em 1997, seu agradável e irônico livro *A ilusão do fim*. Numa perspectiva européia, o texto questiona o “fim da história” a partir da França, país que, segundo o autor, carrega em si o cansaço de tantos iluminismos frustrados.

Baudrillard parte da premissa que a história não pode ter fim porque sua formação é caótica, constituindo-se em um espaço não linear, não euclidiano, onde o fim não pode ser encontrado. É, portanto, a física que auxilia sua primeira reflexão. Em nome dessa logicidade, o texto de Jean Baudrillard se constrói com bases na ironia, chegando, algumas vezes, ao deboche. Afirma que a história é interminável, “que já não há fim, que já não haverá fim”, que tudo continuará a desenvolver-se de forma lenta, pois no fundo tudo isto já está morto e em lugar de um fim feliz ou trágico, ter-se-á um fim contrariado, homeopático. Nada será capaz de terminar com a melancolia do fim do século.

A ironia de Baudrillard ganha tons de deboche ao referir-se a Walt Disney que criou a possibilidade, ainda que aterradora, de voltar, unindo passado e futuro numa simulação viva. Para o filósofo francês, Disney é o herói do “congelamento”, com a utopia de um dia despertar em um mundo melhor. O que questiona Baudrillard, nesse sentido, é que a contribuição norte-americana nessa área, impediu que as coisas pudessem ter um fim natural, garantindo aos homens uma imortalidade virtual. O Apocalipse é, portanto, virtual, falso e inventado. Hoje, dispomos de mecanismos científicos para retroceder à origem do homem e, dessa maneira, saciar nossa nostalgia e nossa utopia. Os laboratórios de genética, fabricantes de homens, estão aí para confirmar esse sucesso. As coisas deixam de ser finitas ou infinitas para serem definitivas, e por isso, privadas de seu fim. Baudrillard radicaliza afirmando que “não há causa, também não há efeito, o mundo está aí efetivamente e Deus morreu”.

Acrescenta que nos livramos da possibilidade de uma catástrofe e que estamos livres do Juízo Final porque os acontecimentos foram suspensos e é isso que se constitui em manifestação histórica. O homem já não pode produzir uma história nova nem garantir sua reprodução simbólica porque o mundo está congelado. Nossas sociedades cumprem hoje com a tarefa de revisar tudo, lixando asperezas, esclarecendo crimes políticos e os escândalos que os envolvem. Em lugar de fazer a história, os homens se reconciliaram com ela e a protegem como se fosse uma obra prima em perigo.

Ainda afirma que a história se desprende do tempo cíclico para cair na nova ordem, a da reciclagem:

“é preciso render-se frente à evidência de que tudo que não era degradável, que não era exterminável, é atualmente reciclável e, portanto, não há solução final. Não nos livraremos do pior, o que vale a dizer que a História não terá fim, na medida em que os restos, todos os restos – a Igreja, o comunismo, a democracia, as etnias, os conflitos, as ideologias -, são indefinidamente recicláveis”.

O único momento em que o texto ganha ares de otimismo é quando também se caracteriza por uma ironia ainda mais radical. Referindo-se ao “descongelamento do Leste

Europeu”, Baudrillard se entusiasma: “Urra! A História ressuscitou!” As últimas mudanças naquela região levam o filósofo a afirmar que os homens voltam a fazer movimentos em direção à ânsia de liberdade. Acredita que essas mudanças estão contrapondo-se ao sentimento de depressão, característico de fim de século e reconhece que a liberdade “descongelada” não é um espetáculo agradável de assistir. Por isso, talvez, só reste àqueles povos a única e mais urgente aspiração pelo fervor consumista de comprar automóveis e eletrodomésticos. Trocar um projeto de liberdade, de autonomia, por prazeres consumistas, talvez seja essa, em resumo, a crítica que se faz a “desideologização” do Leste Europeu. Nos países liberais, a França, por exemplo, já se conhece o sentido da palavra liberdade. Aprendeu-se que a liberdade nada mais é do que o prazer provocado pela tecnologia e pelo consumo.

Se por um lado, a febre otimista do pensamento norte-americano, representado aqui por Francis Fukuyama, não contempla a realidade latino-americana, a desilusão européia de Jean Baudrillard de nada serve para pensar a utopia de construirmos nossa história. Faz-se necessário, portanto, ouvir a voz de um filósofo de nosso Continente.

3 – Apontamentos para uma filosofia da resistência, Eduardo Fracchia

Eduardo Fracchia, natural de Resistência, nordeste da Argentina, em seu livro *Apuntes para una Filosofía de la Resistencia* (1997), contribui para essa discussão, partindo da análise da polêmica obra de Francis Fukuyama. Num agradável e poético texto, estabelece um paralelo entre a tese do norte-americano e a filosofia de Hegel. Para Fracchia, Fukuyama se apóia no pensamento hegeliano sobre o “fim da história”, tomado no que se refere à interpretação não materialista da história, baseada na luta pelo reconhecimento. Segundo Hegel, o ser humano se diferencia dos demais animais porque além de necessidades e desejos referentes à sobrevivência, precisa ser reconhecido por outros homens como um ser que tem valor e dignidade. Daí a necessidade de dominar, de provocar, de intimidar. É preciso levar o outro a ter medo porque disso nasce o reconhecimento da superioridade. É o princípio do amo e do escravo. O amo ganha superioridade na medida em que o escravo perde sua liberdade. Nesse sentido, o pensamento de Hegel pode explicar o discurso desiludido e irônico de Jean Baudrillard: é a Revolução Francesa que propõe o fim à relação amo e escravo, eliminando, conseqüentemente, a aspiração à liberdade.

O texto de Fukuyama, numa certa medida, caminha também nessa direção. Ele propõe que a humanidade opte entre dois universos: a civilização ou a barbárie. Os que optarem pela civilização serão convertidos em povos pós-históricos, ou seja, já terão alcançado o mais alto nível de desenvolvimento, enquanto os outros, os que optarem pela barbárie (porque não quiseram reconhecer ou não souberam ver os benefícios da nova ordem) serão os povos históricos, condenados à extinção. Afirmo que a responsabilidade pela existência de povos históricos é deles próprios, inocentando as grandes potências de estarem repetindo uma política que aprenderam com seus colonizadores.

Para Eduardo Fracchia, nem Hegel nem Fukuyama acertaram ao acreditar que as relações entre amo e escravo foram superadas pelas Revoluções Francesa e Americana porque ainda hoje os amos continuam sendo amos. Na sua análise, Fracchia afirma que a leitura que Fukuyama fez de Hegel não corresponde ao pensamento do filósofo e que o norte-americano teria seguido mais de perto a teoria de Estado de Hobbes (Thomas Hobbes, Inglaterra, 1588-1679). Ou seja, o livro de Fukuyama estaria propondo que o homem é um lobo para o homem (*homo, homini lupus*) porque, como Hobbes, apenas o pacto entre os homens poderá evitar a luta e assim preservar a sociedade.

O discurso de Eduardo Fracchia, no meu ponto de vista, reflete de forma muito mais acertada os anseios latino-americanos. A experiência da América Latina não permite o arrogante otimismo da tese norte-americana do “fim da história” nem pode deixar-se derrotar pela desilusão pessimista do pensamento francês. Em lugar disso, a utopia de Eduardo Fracchia acredita que

“lo que necesitamos es una nueva concepción de hombre, por lo que la tarea es doble: no sólo debemos diseñar una forma de organización política – sin duda más equitativa – sino que, previamente, debemos imaginarnos de nuevo. Y a pesar de que se diga lo contrario, para esto son necesarias las utopías, los horizontes que en forma conjunta deben trazar las naciones. Todas. Sin excepción”.

Por isso, quero crer, os *escritores da democracia recuperada*, passado o último período de censura imposto pelas ditaduras militares, terem optado por uma produção de cunho histórico como forma de resistência identitária e de compromisso com a escritura de sua história. Só depois de concluída a tarefa da recuperação das palavras danificadas pelos recentes sistemas autoritários, será possível produzir essa escritura.

II - O resgate da palavra e a permanência da utopia

*“nuestro discurso literario es en cierto modo un lujo a contrapelo del mercado. Y lo es porque sigue proponiendo una indeclinable batalla por la restauración de la Ética y por los valores que conlleva: honradez, trabajo, solidaridad, rectitud. Y es que imperiosa, urgentemente, no tenemos alternativa: la Ética es, hoy en día y de cara al tercer milenio, realmente lo único que nos queda y lo único que dignificará nuestra literatura. Y ése es el sentido mayor de nuestra resistencia”,
Mempo Giardinelli.*

Apesar do cenário desalentador, a literatura na América Latina, através da narrativa histórica, mantém viva a utopia de que ainda é possível acreditar na nova concepção de homem, como alertou Eduardo Fracchia. Não há a inocência de que a dialética hegeliano terminará, restando-nos esperar que os amos do fim de século não nos queiram eliminar para não porem fim à sua soberania. As relações de interdependência continuam, mas, como é óbvio, com a balança mais inclinada para o lado dos redutores do poder econômico.

No intuito de confirmar a preocupação com o resgate da palavra como forma de permanência da utopia, privilegio duas obras argentinas cujos autores elaboram seus textos a partir de uma perspectiva meta-lingüística: *El fin de la historia*, de Liliana Heker e *El país de las maravillas. Los argentinos en el fin del milenio*, de Mempo Giardinelli. Além delas, trago-lhes *Carta abierta a Pinochet*, do dramaturgo chileno Marco Antonio de la Parra.

1 – El fin de la historia, Liliana Heker

O romance histórico, *El fin de la historia*, publicado em 1996, se constrói a partir das relações entre duas personagens femininas: Diana Glass e Leonora, amigas desde os anos 50 quando freqüentavam a Escola Normal. Diana, cujo sobrenome, em inglês, significa “óculos”, é míope e, com sua visão “polissêmica”, escreve um romance onde Leonora é a protagonista. Dessa maneira, a narrativa de Liliana Heker se constitui da união de dois discursos diferentes e separados, que confundem o leitor nos deslizos intencionais.

Leonora é uma militante de esquerda que de acordo com a juventude dos anos 60 sonhou com a revolução como saída para um mundo justo. Desde os tempos da escola, a capacidade de liderança e de persuasão de Leonora levou Diana a reconhecer, na sua amiga, o modelo de uma geração que tinha como meta modificar o mundo.

O romance se estrutura a partir de três eixos: o jogo com os diferentes narradores, a preocupação com a exatidão da palavra e a visão a partir da miopia. Para esta rápida análise se levará em conta apenas a intenção dialógica de resgatar algumas palavras danificadas durante o processo ditatorial argentino.

No texto há um sem fim de vocábulos destacados pela própria autora que se apresentam como objetos de observação. Estão ali, intencionalmente, ocupando o centro da atenção de personagens, narradores e, claro, de leitores.

Entre elas, se destacam: “mar”, “madre” y “desaparecido”, palavras vitalmente relacionadas à recente história da Argentina. Há outras, de menor importância, mas que representam um papel fundamental na construção do romance, já que estabelecem um paralelo entre o presente e o passado da narrativa. Destacam-se: “otrora”, “añiñada”, “silla”, “pan”, “esperanza”, “colaboracionismo”, “cerillas”, “ideología”, “injusticia”. Cada uma, por sua vez, ajuda a escrever a história do romance e a recuperar a memória nacional.

A palavra “mar” está relacionada com “capitán”. No contexto do romance, a referência a elas se justifica porque a narradora as associa ao mundo real e imaginário. Ou seja: os personagens femininos, na infância, davam a essas palavras um sentido de fantasia, próprio ao mundo da literatura infantil, quando os capitães comandavam os navios que carregavam as ilusões pelos mares inventados. No mundo da realidade, essas palavras estão associadas ao lugar onde Leonora esteve presa e torturada: a Escola da Marinha. Os capitães da infância se transformaram nos torturadores. A ruptura de sentido e o drástico roubo de significação se manifestaram em protestos por parte da narradora, que lamenta não mais poder dizer “mar” e “capitão”, sem que o novo sentido dessas palavras destrua a ilusão de um mundo em paz.

A palavra “madre” (mãe) estabelece uma conexão de sentido facilmente depreendida. A referência é o movimento das “Madres de la Plaza de Mayo” (hoje, “Abuelas”), nascido do silêncio em palavras e de denúncia em ação. Mães dos filhos mortos pelo sistema y mães que, nos cubículos da prisão, tinham seus filhos recém-nascidos roubados por famílias militares. O pretexto encontrado por Liliana Heker para colocar em destaque essa palavra revela ao leitor a mais reprimível ação denunciadora do romance: a traição. Ou sobrevivência. Leonora não resiste à tortura, colaborando com o sistema em troca da vida de sua filha. Traição ou sobrevivência? Esse conflito está presente na narrativa de Diana Glass que, incansavelmente, busca “el fin de la historia”, sugestivo título do romance. Essa palavra, “madre”, o sistema autoritário não pôde roubar. Ao contrário, as Mães da Praça de Maio são um símbolo de resistência. O primeiro sentido desse vocábulo ficou ainda mais forte, mais político e mais denunciador.

Observemos a terceira das palavras aqui destacadas. Estar ou ser “desaparecido”? Essa questão morfosintática foi modificada pelo sistema autoritário da Argentina. “Desaparecer” era, desde os tempos do gênio da lâmpada maravilhosa, uma ação interrompida, quando uma pessoa podia ver aparecer e desaparecer pessoas, lugares, coisas. Mas, os “desaparecidos”

argentinos não voltaram a ver a luz. Este verbo de sentido transitório passou a permanente. Na Argentina autoritária, o que *estava* desaparecido, na verdade, *era* desaparecido. Com o desaparecimento de Leonora, Diana Glass percebe, pela primeira vez, que essa palavra “era uma lava en plena expansión que más se manifestaba por la ferocidad de cada contacto que por una posible virtud simbólica”.

Há outras palavras que foram utilizadas pela escritora com o explícito propósito de desnudar-lhes os sentidos impostos pela ditadura argentina, no entanto, essas três são suficientes para que se confirme que Liliana Heker, em *El fin de la historia*, é uma *escritora da democracia recuperada*, que escreve seu texto na intenção de recuperar palavras danificadas.

2 - El país de las maravillas. Los argentinos en el fin del milenio, Mempo Giardinelli

El país de las maravillas. Los argentinos en el fin del milenio, publicado em 1998, é um retrato espontâneo, natural e sem máscaras da sociedade argentina finimilenar, que, em muitos aspectos, pode, perfeitamente, ultrapassar os limites de sua nacionalidade e abranger a América Latina. Suas declarações confirmam o autor como um agudo e brilhante observador que crê na eficácia da reflexão e no compromisso dos intelectuais de seu tempo. A obra rastreia os mitos de expressão lingüística sobre os quais se fundam as condutas do povo argentino, buscando explicar os verdadeiros motivos de comportamento, escondidos atrás desses mitos.

O livro foi o resultado de um projeto iniciado em fins de 1995, que consistiu na idealização, na direção e na organização de um programa de televisão (VCC). Esse programa objetivou revisar uma faceta da “mitologia argentina”, a partir das expressões lingüísticas que se repetem, inadvertidamente, nas ruas, na mídia ou nas casas das famílias, chegando, algumas vezes, a se transformarem em verdades absolutas. O que quer Mempo Giardinelli é desmascarar esses mitos, convidando seus leitores a pensarem sobre eles, a começarem a vê-los como mitos e não como verdades irrefutáveis.

A estratégia utilizada pelo autor se apóia na linguagem. Parte da seleção de alguns ditos populares e de expressões em moda na Argentina finimilenar para explicar o caráter de sua sociedade e, o que é mais sério, para denunciar o jogo político e ideológico que se oculta por trás dessas palavras. Frases como *las apariencias engañan; ya no hay hombres; afuera no nos quieren; todo por los viejos; ya no se puede creer en nada; porque te quiero te aporreo; los argentinos no tenemos memoria; lo conocí cuando era nadie; los argentinos no somos racistas; me río por no llorar; la fama es puro cuento; hay que matarlos a todos; el sexo débil; pobres pero honrados; acá por guita matan a la madre; hacéte amigo del juez; los trapos sucios se lavan en casa; a seguro se lo llevaron preso; yo no veo cine argentino; juventud, divino tesoro*, proporcionam interessantes reflexões.

No prólogo, o autor chama a atenção para a proposta de seu trabalho, afirmando que não quer responder a perguntas que durante muitos anos formulou a si próprio, como, por que os ditadores? Por que a tortura? Por que os desaparecidos? Por que as prisões? Por que o exílio? Por que a Guerra das Malvinas? Em lugar de respondê-las, quer reformulá-las. Quer saber como é a cultura argentina, quem são verdadeiramente os argentinos, ou por que sentem “esa ridícula, irritante superioridad” e por que se consideram diferentes? E diferentes do quê, de quem? Afirma-nos, ainda, que “con la democracia restablecida en 1983 esas preguntas se hicieron más sonoras y complejas”.

Nesse livro, o recente passado histórico argentino está sendo revisitado de forma catártica. Muitas vezes é duro consigo mesmo, com seus compatriotas e com seu país. A primeira e a terceira pessoa verbais passeiam e se alternam na narrativa. Ora os argentinos são “nós”, ora são “eles”. Essa variação não confunde o leitor. Ao contrário, permite que se

encontre o autor, comprometido com as denúncias feitas. No capítulo relativo às Malvinas, por exemplo, está triste, aborrecido e decepcionado. Afirma que a guerra das Malvinas

“fue una manipulación del poder político militar, que se lanzó a una aventura irresponsable sin medir consecuencias, con un infantilismo asombroso y una desaprensión que, luego se vio, arrojarían un resultado horroroso”.

Mempo Giardinelli associa a desesperança dos argentinos do fim do milênio com o episódio das Malvinas. Acredita que não foi possível ver a falsificação do que realmente ocorria porque estavam metidos entre a manipulação interna e a solidariedade externa. O véu caiu quando deixaram de acreditar que a guerra era justa e que se poderia vencer uma potência imperial secular como a Inglaterra, aliada da principal potência do Planeta, os Estados Unidos. Acusa o poder militar de

“tapar con un golpe y salvar así la existencia de un ejército cubierto de sangre argentina de la cabeza a los pies y por ello mismo odiado por su pueblo, y desmoralizado interiormente. Nada mejor que una pequeña guerra exterior, pensó la Junta, para borrar el pasado y preparar la transición sin que nadie nos pida cuentas”.

A Argentina voltou à democracia em apenas um ano e meio, mas não pôde reconstruir o que tinha de mais forte: “la ilusión del paraíso que era la Argentina, ese granero del mundo, tierra de paz, promisión y futuro inmensurable, moderna Arcadia de inocencia y felicidad”. Mas isso não era o pior. Pior foi “la sensación de engaño, la certeza de que todos los argentinos, en una forma o en otra, *todos*, habíamos sido engañados”. Falar da guerra das Malvinas equivale a aceitar a *morte da ilusão*; equivale a compreender que esse fato histórico “es un hiato enorme, un despeñadero muy profundo, otro *desaparecido* lacerante”.

Aí estão algumas palavras que quer Mempo Giardinelli recuperar. A idéia de uma Argentina “granero del mundo”, “tierra de paz” ou “Arcadia de inocencia y felicidad” *desapareceu*. Sabem todos os argentinos o preço do verbo *desaparecer*. Abrir a ferida da guerra das Malvinas é permitir-se compreender o episódio e recuperar um sentimento nacional adulto que, embora doloroso não é necessariamente pessimista. Ao contrário, Giardinelli não é pessimista, embora esse episódio possa parecê-lo. Crê que a utopia não está morta e afirma que o “fim da história” é um mito que oculta a intenção de quem o propaga.

Sabe que a linguagem não pode ter duplo sentido para não ser corrompida. As generalizações escondem as diferenças e essa estratégia é uma das formas mais eficazes da mentira. A mesma coisa acontece com as mensagens de duplo sentido. Repetir-se, por exemplo, “os latino-americanos são corruptos” é apagar o limite entre a verdade e a mentira; é também generalizar conceitos e, dessa forma, esconder a verdade. Quais são os corruptos? É preciso separá-los e denunciá-los. A generalização leva à banalização e com isso à corrupção da linguagem. Sabemos todos os latino-americanos que os ditadores (lamentavelmente não apenas eles) construíram seus discursos sobre a mentira. Nela se destaca o eufemismo, como ressalta Giardinelli. O eufemismo serve como luvas aos corruptos porque “no es sino la utilización de palabras que no se corresponden con los hechos, para hacer que lo que es no sea, y que lo que sí es parezca que no es”.

É por isso que Giardinelli prefere falar em *escritores da democracia recuperada* para classificar a produção literária latino-americana dos anos 80 e 90, ao invés de falar em *pós-boom*,

como a denominam os críticos norte-americanos e europeus. A literatura de hoje já não contém burla, humilhação, compaixão, exagero nem exotismo. A literatura que quer dialogar com a história e que o faz porque compartilha de seus interesses, encontra em nossas sociedades palcos perfeitos para a criação de uma arte que obriga o reconhecimento da dor, que determina o avivamento da memória, mas que permite continuar sonhando as utopias.

3 - Carta Abierta a Pinochet (Monólogo de la clase media chilena con su padre), Marco Antonio de la Parra

Marco Antonio de la Parra é um médico psiquiatra, mas foi como ator e dramaturgo que falou sobre o medo que calou os chilenos durante os duros anos da ditadura de Pinochet. Em abril de 1998 publicou um monólogo para teatro que chegou à segunda edição no mês seguinte, o que confirmou, naquela ocasião, a avidez com que os chilenos buscavam, na literatura, a liberação de tantos anos de censura. O texto está escrito para ser representado no teatro, mas alcançou uma publicidade de best-seller no meio acadêmico e entre leitores em geral. Em primeira pessoa (Yo), o personagem que conduz o monólogo se dirige a uma suposta segunda pessoa formal (Usted), imaginando-a sentada frente a ele para ouvir o que lhe tinha a dizer com respeito ao medo que sentiu desde jovem. Essa segunda pessoa, Augusto Pinochet, não tem direito à fala, limitando-se a escutar a queixa que lhe faz esse representante da classe média chilena, conforme ele próprio se denomina.

Como é natural, a linguagem se caracteriza por uma série de clichês próprios ao teatro, estabelecendo-se um clima de representação, embora numa ambiente real. Além do nome do ex-ditador do Chile, há uma série de referências a episódios históricos que trazem ao texto uma ambientação verdadeira. Assim, verdade e ficção, realidade e representação dialogam nesse monólogo escrito com bastante subjetividade.

O que mais ressalta no texto é exatamente a intenção, por parte do autor, de fazer seu interlocutor (Pinochet) compreender que durante os anos que esteve à frente da mais severa ditadura da América Latina no século XX, valeu-se do poder para manipular as palavras, dialogizando, intencionalmente, algumas delas:

“Escribirle una carta con mi nombre y mis señas [...] me da miedo. [...] Usted lo llamaba respeto. ¿Pero era miedo. Entiende la diferencia? [...] El respecto es más digno, el miedo es cruel. Pero, cierto, no menos efectivo. Termina confundiendo al propio miedoso [...] Pero a la mayoría de los miedosos nos avergüenza decirlo. La sensatez también se parece al miedo. Como la imprudencia a la valentía. O la valentía a la coerción. La amenaza pasa a veces por poder y es miedo”.

“Medo” se confunde com “respeito” e com “sensatez”. A “imprudência” e a “valentia” também não têm seus limites bem definidos. A “ameaça” está tão próxima a “poder”, que se confundem. E a “Lealdade”? Qual é o sentido que lhe reservou o contexto da ditadura? Para Pinochet, quiçá, o silêncio de muitos que o cercavam e que se calaram significou “lealdade” ao regime. Mas no texto de Marco Antonio, o “silêncio” está necessariamente relacionado ao “medo”. “El poder es el ejercicio del silencio”. Por isso, durante os regimes autoritários, se dá a morte da palavra, o que determina a necessidade de sua recuperação na volta à democracia. Essa é a função do texto de Marco Antonio de la Parra: resgatar as palavras que o regime de Pinochet silenciou ou vestiu com novos sentidos, apropriados ao jogo do poder.

Talvez a palavra que mais registre essa intenção seja “Padre” (pai): “Usted como es el Padre, es la Ley”. O cuidado que teve Pinochet de nomear-se “pai” confundiu os limites da família e do poder. A primeira acepção da palavra, a do homem protetor, que cerca seus filhos de cuidados, se misturou com a de “ditador”, carregando-a de uma autoridade violenta e brutal. A família deixou de ser o lugar da segurança para transformar-se no espaço da covardia e do medo. Se em lugar de representar esse papel, o ditador tivesse assumido sua verdadeira função, nomeando-se ditador, o jogo teria sido desfeito e o mistério diminuído ou acabado. Esta é a conclusão de Marco Antonio de la Parra: “Usted desaparecerá a medida que pueda ser nombrado serenamente”.

A grande sabedoria do regime foi determinar o silêncio e o sentido das palavras de acordo com seus interesses: falar de “paz” em plena “guerra”, falar de “progresso” quando não havia “liberdade”, falar em “democracia” em plena “ditadura”. Manter o mito em lugar de desmistificar, levar o povo a crer que o país havia renascido, que tinha encontrado, por fim, sua identidade nacional. Essa é a denúncia mais forte no texto de Marco Antonio de la Parra: segundo o dramaturgo, o que houve, na verdade, foi a desconstrução da identidade nacional.

O jovem estudante de medicina conhecia outro conceito de nacionalidade quando o regime autoritário o surpreendeu. O projeto de um país construído por todos e para todos, conforme se acreditava no governo de Salvador Allende, foi substituído pela idéia de um país “dependente”, “tranquilo” e “arrumadinho”. A magistral “aula” de violência levou o povo chileno a perceber sua “legalidade de cartolina”. Os compromissos sociais que pareciam estar sedimentados ou pelos menos direcionados aos interesses nacionais foram facilmente substituídos pelo silêncio e pela inércia. A ditadura retirou a “máscara” do povo chileno trocando a inocência pela capacidade de fazer ditaduras, de matarem-se uns aos outros e de ocultarem cadáveres.

E o resultado de tudo isso se sente nas ruas do Chile neste fim de século: “el shopping, la lucha por el status, el auto más rápido, la prisa, el mercado”. Do “medo” passou-se à “raiva”. Esse é o novo sentimento, o sentimento do fim de século, ainda que muitos chamem de “modernização”.

Percebe-se que o texto de Marco Antonio de la Parra foi escrito para pensar a questão da linguagem. Segundo o autor, o maior prejuízo causado pelo sistema foi impor o silêncio e danificar o sentido das palavras designando-lhes as acepções que dissimulavam o que de fato acontecia no país. A democracia que se instalou após a ditadura é uma democracia também de aparências:

“La democracia hoy en día es mercadeo, el periodismo es propaganda y la publicidad es la ciencia secreta del poder. Psicología de masas. La frase hecha en lugar de la reflexión. [...]. Eso no se lo perdono. Mató las palabras. Ocultó información, tergiversó las cosas, no fue nítido jamás”.

Embora o texto se caracterize pela descrença, pela ironia, pela falta de esperança e de perspectiva, sua escritura confirma exatamente o contrário. Ou seja, ainda que a violenta denúncia feita por Marco Antonio de la Parra em *Carta Abierta a Pinochet* coloque em evidência um ambiente pessimista de fim de século e de fim de ditadura, esse texto confirma a existência dos *escritores da democracia recuperada* no Chile. Quem acompanhou a onda de cartas que invadiu a rede da Internet depois da prisão do ex-ditador em novembro do ano passado no Reino Unido, pôde encontrar, embora dissimuladamente, o texto de Marco Antonio sendo parafraseado. Lembro-me que havia uma carta, escrita por Ariel Dorfman, cujo título era *Carta deberas abierta a Pinochet*.

Restam ainda algumas perguntas finais: Não seria isso a permanência da utopia? Acreditar que as palavras não estão mortas e que podem recuperar-se das cinzas que as queimaram durante as ditaduras recentes da América Latina não é crer que ainda é possível dizer o que não foi dito? Esse procedimento não determina por si só a crença na palavra como registro da memória? Tentemos respondê-las, retomando os textos aqui analisados.

III – A permanência da utopia no resgate da palavra

“El mundo de hoy es, como nunca antes, un mundo multicultural en el que resulta imprescindible un diálogo basado en el respeto mutuo, la comprensión y la tolerancia. Tal vez comprendiendo a los demás podamos comprendernos mejor, y comprendiéndonos, atenuar las tensiones entre nosotros, los pueblos, las culturas”, Eduardo Fracchia

Ainda no século XVI (1516), Thomas Morus escreveu seu célebre livro, propondo que o modelo para a perfeita felicidade só poderia ser encontrado na Ilha de Utopia. Com base na distinção entre o público e o privado, o filósofo inglês valeu-se da desigualdade social em que vivia seu país para sugerir que o Estado precisava proteger seus habitantes, garantindo-lhes qualidade de vida. Na *república* inventada por Morus não faltava nada a ninguém: a distribuição da fortuna do Estado era justa, não havia pobres nem mendigos e, embora não houvesse o direito à propriedade, todos eram ricos.

Naturalmente não é dessa utopia que estou falando. A América Latina tem mais pobres que ricos, o Estado não assume seus compromissos básicos, as ruas das grandes cidades estão ocupadas pela violência e pelo desemprego, e a classe política atarefada com corrupção e CPIs. A utopia a que me refiro é a necessidade inerente ao homem de buscar, em tempos de crise, o novo lugar, necessariamente oposto àquele em que se encontra. Não se trata de inventar novos lugares ou novas palavras e, dessa forma, abandonar a realidade que agride. No campo da literatura, a intenção consciente dos escritores é a de recuperar palavras, é a de rever seus sentidos, é, como não proporia Baudrillard, a de reciclá-las e, dessa forma, impedir o “fim da história”.

Jerzi Szacki, em *As Utopias ou a Felicidade Imaginada*, acredita que a utopia está relacionada à incessante viagem da humanidade em direção ao país que não existe. No caso dos três escritores analisados, o país buscado já existiu. A Argentina de Mempo Giardinelli e Liliana Heker, e o Chile de Marco Antonio de la Parra existiram na utopia pré-ditadura, quando a onda socialista quis invadir a América Latina. O que esses escritores propõem, hoje, é um retorno ao país que sonharam, o lugar onde os sentidos das palavras estavam de acordo com seus projetos de utopia. Recuperar essas palavras é passar uma borracha na significação imposta pelos regimes autoritários, devolvendo-as à escritura da história. Para eles, a utopia não está na incessante busca de um país que não existe, mas no retorno ao ponto onde seus projetos de liberdade foram interrompidos.

No entanto, qualquer que seja a compreensão que se tenha, a utopia se contrapõe ao “fim da história”. Observemos que a proposta de Fukuyama não permite a escolha entre o *bem* e o *mal*, impondo o modelo da democracia liberal norte-americana como a *melhor*. Embora o entendimento de Szacki seja que a utopia está relacionada ao desejo de substituir uma realidade

absolutamente má por outra absolutamente boa, as três narrativas analisadas não se manifestam dessa forma. Nos três casos, a proposta é a revisão da recente história de seus países, apresentada de forma pouco maniqueísta. Não há uma oposição entre o *bem* anterior às ditaduras e o *mal* posterior a elas.

Na narrativa de Mempo Giardinelli, por tratar-se de um ensaio, isso é observado de maneira mais clara. A alternância entre a primeira pessoa do singular e a do plural evidenciam o jogo estabelecido pelo autor que, algumas vezes assume responsabilidades quanto às denúncias feitas e, em outras, responsabiliza diferentes setores pela degradação moral que vive sua sociedade no fim do milênio. No texto de Liliana Heker, um romance histórico, embora a principal preocupação seja a recuperação de determinadas palavras danificadas pelo sistema autoritário, fica em evidência uma outra questão que se afasta bastante de uma postura maniqueísta: a traição de Leonora aos princípios revolucionários. A personagem criada para viver o papel da heroína se casa com seu torturador, ainda que em troca da vida de sua filha.

Em *Carta Abierta a Pinochet*, a relação é mais sutil. São raros os momentos em que se percebe uma autocritica mais severa, que comprove um balanço quanto à responsabilidade do *mal* sofrido na sociedade chilena. Ainda que as acusações feitas a Pinochet se misturem com o povo chileno em geral, o ex-ditador acaba por receber diretamente a responsabilidade do ocorrido. Pinochet é “sagaz, solapado, habla entredientes. Patriotero, indeseable” como todos os chilenos. Através da acusação, o autor revê seu próprio comportamento como cidadão chileno, justificando-se em nome do medo que o impediu de agir. Pinochet é um castigo que o povo merecia, “un castigo a un país demasiado confiado en sí mismo [...] un tirón de orejas por no ser solidarios de verdad, por no amar esta tierra [...] y querer ser tan pero tan modernos”.

Mempo Giardinelli e Marco Antonio de la Parra fazem a mesma denúncia a seus países: a “mediocridade” não deveria ser motivo de orgulho nacional, mas esse é o único sentimento que pode ter uma classe média ainda cheia de medo e de culpa. Uma classe média que vem recompensando o desgaste do recente passado histórico com a compra de carros, casas e algumas viagens ao exterior. A sensação de liberdade que o fim da ditadura trouxe está relacionada ao bem estar material, ao consumo capitalista, como já evidenciou Jean Braudrillard, ainda que ironicamente, ao referir-se ao que restou do projeto libertário da Revolução Francesa. Aliás, a ironia é um instrumento muito eficaz utilizado por Marco Antonio de la Parra, porque através dela pode ameaçar seu interlocutor sem valer-se das mesmas armas utilizada por ele. Afinal, os homens mudaram. Pinochet é um homem de fim de século: “el que dice una cosa y hace otra”. E não é esse o papel da ironia? Na medida em que o homem evolui está aprimorando sua capacidade de mentir. A tarefa daqueles que se ocupam com a integridade das palavras tem sido árdua. Cada vez mais nos estamos especializando em ler no discurso do outro sua verdadeira intenção que não está, necessariamente, vinculada ao sentido das palavras utilizadas. Já as palavras não podem estar aderidas a seus sentidos. E a literatura de fim de século assumiu para si essa tarefa: a lavagem das palavras, o que equivale a separar o joio do trigo, desapropriar sentidos carregados de mentira. Se não é essa a escolha do escritor, então lhe resta ser mais um homem de fim de século, no dizer de Marco Antonio de la Parra: “bobo, consumista, de corto alcance, despolitizado, blando”.

A proposta de Francis Fukuyama está na contramão do processo vivido por esses escritores da *democracia recuperada*. O pensador norte-americano não tem perspectivas utópicas porque crê que já as atingiu em plenitude: o estado conquistado é o resultado de utopias que existiram. Ainda que seu texto não represente o conjunto do pensamento ideológico de seu lugar de origem, os Estados Unidos, manifesta uma tendência nada desprezível. A ideologia expressada no texto não está em desacordo com o retrato que a sociedade norte-americana vem apresentando de si própria através em seus filmes e nos noticiários em cadeia

internacional. Nele, revela-se a imagem de um país norteado por um sentimento de superioridade com relação aos demais e dono de um orgulho nacional que o impede de pensar a alteridade. É bem verdade que esse orgulho nacional vem sendo questionado, o que confirma a grande aceitação do filme ganhador do último Oscar, *Beleza Americana*. De 1992 aos dias atuais, o país avançou na autocrítica, é verdade, mas não se conhece outra publicação, posterior a de Fukuyama, que tenha evidenciado essa mudança. Ele próprio voltou ao tema no ano passado, reconhecendo que uma rigorosa organização constitucional e econômica não é suficiente a uma sociedade para atingir o estágio máximo na evolução histórica. Os valores sociais precisam ser bem cuidados para que uma sociedade não se perca entre eles. Ao fazer esses comentários, Fukuyama nos dá uma possível explicação para que se compreenda o acirramento que a sociedade norte-americana vem mantendo com relação a seus valores sociais. Para que sua profecia se realizasse, seria necessário abolir, do meio social norte-americano, atitudes que a nossos olhos parecem tão naturais como o beijo entre duas crianças da pré-escola.

Comportamentos sociais que ocorrem nas grandes cidades brasileiras, como crianças desfilando nas avenidas do samba ou participando de programas de televisão que promovem o culto ao corpo, estão menos relacionados à teoria do “fim da história” do que a atitudes culturais. Nesse sentido, o norte-americano acerta, numa certa medida, quando afirma que a questão cultural é um divisor entre os povos que atingiram a pós-história e os que se mantiveram na história. Mas não reconhece que a diferença cultural e étnica não tem sido considerada pela poder norte-americano que, à maneira dos antigos colonizadores, vem tentando suprimi-la. O método é outro, na verdade. Não se pode acusar os Estados Unidos de estarem exterminando indígenas latino-americanos diretamente, mas a falta de uma política que preserve esses povos e o domínio econômico que aquele país vem impondo aos nossos, tem se mostrado uma eficiente arma de extermínio.

A ideologia expressada no texto de Jean Baudrillard também está de acordo com seu lugar de origem. Embora não se queira cair na generalização, a descrença em novas utopias, manifestada no texto do pensador francês, vem do Velho Continente, cansado de guerras e na busca de uma solução política e econômica que o defenda da modernidade do Novo Continente. O Mercado Comum Europeu é uma realidade que quer se contrapor ao poder do dólar, imperialista econômico do novo mundo. A diferença entre o “fim da história” no sentido abordado por Fukuyama e a descrença nesse fim, como o anuncia Baudrillard, consiste que, para este já houve o tempo da Utopia, quando se imaginou que os ideais revolucionários franceses pudessem garantir um futuro melhor, mais equilibrado, onde liberdade, fraternidade e igualdade constituíssem um amálgama. Fukuyama está vivendo sua revolução e por isso não pode pensar fora dela. O que se lamenta é sua incapacidade de olhar em volta e perceber que há outros Continentes que ainda não puderam realizar suas utopias. Não é gratuito, portanto, que eu prefira ficar com a perspectiva de Eduardo Fracchia que como latino-americano ainda crê na realização de projetos que modifiquem o estado em que nos encontramos. Como nos ensinou o filósofo chaquenho, precisamos inventar o novo homem e para isso é necessário acreditar na utopia.

Niterói, maio/2000.

Bibliografia:

1. ANDERSON, Perry. *O fim da história. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
2. ARIAS, Arturo. *Jaguar em llamas*. Guatemala: Cultura, 1989.
3. BAUDRILLARD, Jean. *La ilusión del fin*. Barcelona: Anagrama, 1997.
4. DE LA PARRA, Marco Antonio. *Carta Abierta a Pinochet*. Santiago: 1998.
5. FRACCHIA, Eduardo. *Apuntes para una Filosofía de la Resistencia*. Corrientes: Eudene, 1997.
6. FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*.
7. GIARDINELLI, Mempo. *El país de las maravillas. Los argentinos en el fin del milenio*. Buenos Aires: Planeta, 1998.
8. HEKER, Liliana. *El fin de la historia*. Buenos Aires: Alfaguara, 1996.
9. MORUS Thomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
10. SZACKI, Jerzi. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.